

Jornal do Senado

Sindicatos querem percorrer o país em defesa dos direitos dos trabalhadores

Ano XVII – nº. 3.506 – Brasília, terça-feira, 23 de agosto de 2011.

Sindicatos querem percorrer o país em defesa dos direitos dos trabalhadores. Lideranças trabalhistas afirmam, em audiência pública na CDH, que precisam mobilizar sociedade contra projetos que ameaçam conquistas da CLT.



Paulo Paim (ao microfone), entre os sindicalistas e advogados convidados para o debate: exame das conquistas trabalhistas sob a ótica dos direitos humanos.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) começará a percorrer o país em campanha pela defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Integrado por 21 confederações nacionais de trabalhadores e quatro centrais sindicais, o FST quer combater o que considera ameaças a direitos consagrados na legislação criada há 68 anos pelo então presidente Getúlio Vargas.

“Essa é nossa verdadeira Constituição. Por isso, temos que defendê-la e preservá-la”. Afirmou o coordenador interino do FST, Lourenço Ferreira do Prado.

Ele anunciou ontem a campanha durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O evento sugerido pelo presidente da CNH, senador Paulo Paim (PT-RS), teve como mote o exame das conquistas trabalhistas sob a ótica dos direitos humanos. A abertura incluiu homenagem ao jurista e político Arnaldo Süssekind, de 94 anos, que participou da elaboração da CLT.

Os discursos feitos durante a audiência criticaram projetos tidos como ameaça aos direitos trabalhistas e ressaltaram a dificuldade para aprovar os que interessam aos trabalhadores. Prado citou a recente rejeição, pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, de projeto para ratificação da Convenção 150, da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada com o apoio do Brasil, que define normas para demissões.

“Não há clima no país para qualquer projeto que proponha um olhar para os direitos sociais e trabalhistas”. Criticou Lourenço do Prado.

O presidente da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno de Camargo, criticou lideranças sindicais que defendem a supremacia das negociações coletivas sobre direitos regulamentados. Segundo ele, a CLT assegura direitos mínimos, funcionando como proteção para categorias de regiões sem força para negociar suas demandas. Assinalou, porém, que o código nem impede nem atrapalha negociações para conquistas acima do que as previstas em lei.

Pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), o diretor Idelmar da Mota Lima associou as ameaças às conquistas trabalhistas a movimento do capitalismo internacional que pode transformar o Brasil numa “nova China”, com trabalhadores sob o risco de voltar à condição de escravos.

O advogado Pedro Luciano Dornelles chamou a atenção para o desinteresse na regulamentação de direitos instituídos pela Constituição de 1988 e alertou para novos ataques aos direitos dos empregados. Citou como exemplo as discussões sobre o novo aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadorias, (35 anos), no caso das mulheres, e (42 anos), para os homens.

“As mudanças estão vindo a conta-gotas. Se viessem de uma só vez seria mais fácil combater”. Afirmou Dornelles.

O movimento sindical precisa também lutar contra novas ameaças à cobrança da contribuição sindical. O apelo foi feito pela diretoria financeira da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito (Contec), Rumiko Tanaka. A sindicalista atacou o argumento patronal de que a contribuição “só serve para fazer greve”. A contribuição sindical, explica ela, se destina a serviços de assistência médica e jurídica, além de programas de capacitação, entre outros fins.

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, que preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), criticou o Ministério Público do Trabalho por ações contra a cobrança da contribuição sindical. Segundo ele, o órgão não está protegendo os trabalhadores, mas esvaziando sua capacidade de lutar por direitos. Ele e outros participantes da audiência denunciaram a ausência de isonomia com as entidades patronais, que recebem contribuições sindicais sem serem incomodadas.